



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

17/07/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Previdência – Maia quer PEC paralela com estados e municípios

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que todos os governadores colaborem para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela que deve ser apresentada no Senado como saída para reincluir estados e municípios na reforma da Previdência em agosto. A ideia da PEC paralela tem ganhado força e, por meio dela, o Senado colocaria estados e municípios na reforma, remetendo depois essa proposta de forma fatiada para a Câmara, sem comprometer a PEC da reforma da Previdência. "A gente vai precisar que o PT, PSB, PDT, PCdoB possam ajudar a aprovar a PEC paralela, senão vai acabar tendo obstrução de alguns pelos mesmos motivos que nós tivemos que tirar estados e municípios da PEC da Previdência encaminhada pelo governo", afirmou Maia, que se reuniu-se informalmente com deputados para debater a pauta deste semestre.

Leia mais: *Jornal A Tribuna* – 17/07/2019

Reforma tributária deve ir ao Congresso ainda neste mês, diz Cintra

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, afirmou nesta terça-feira (16) que a reforma tributária da equipe econômica deve ser enviada provavelmente ainda neste mês ao Congresso. Segundo ele, a proposta deve ser apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em anúncio à imprensa previsto para a próxima semana.

As declarações do titular da pasta devem incluir um panorama acerca das ações futuras da pasta. Cintra diz que o envio da reforma não depende mais da aprovação das novas regras da Previdência pois o governo já a considera "praticamente finalizada". "Agora é só uma questão de uma semana ou dez dias para mais ou para menos. Antes do fim do recesso já deveremos [apresentar], mas o ministro que vai resolver", disse. O congresso volta do recesso no dia 1º de agosto.

O secretário disse que já está decidido que a reforma do governo incluirá o novo imposto sobre pagamentos. "Vai. Vai ser um imposto sobre transações", disse. Perguntado se o ministro Guedes concorda com o tributo, ele disse que "todo mundo concorda".

Mesmo assim, ele sinalizou uma flexibilização do discurso, indicando que haveria a alternativa de aumentar alíquota no imposto único caso o novo tributo não prospere. "Vamos deixar uma alternativa. Se acharem que não querem esse imposto, não tem problema. Pega e joga a alíquota no IVA [imposto sobre valor agregado]", disse. Perguntado sobre a flexibilização, ele afirmou que como secretário precisa ser conservador nas propostas. "Eu continuo acreditando na mesma coisa, mas eu era um professor universitário. Na cadeira de secretário, temos que ser mais conservadores e dar um passo de cada vez", disse.

O imposto deve encontrar resistências principalmente no Congresso, mas continua sendo defendido por Cintra. "Continuo acreditando na potência de um tributo sobre transações, acredito que tem enorme capacidade de arrecadação, acaba com a sonegação e não tem um tostão de custo para arrecadar e fiscalizar", afirmou.

Fonte: *Jornal Folha de S. Paulo* – 17/07/2019

Com votação da 'reforma' da Previdência em aberto, centrais vão às ruas em agosto

Centrais sindicais e organizações de estudantes e professores preparam nova agenda de mobilização contra a "reforma" da Previdência, aprovada em primeiro turno, na semana passada, pelo Câmara dos Deputados. A ideia é ampliar, nas próximas semanas, o volume de informação sobre os impactos negativos que o relatório da Proposta de Emenda Constituição (PEC) 6/2019. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que pretende concluir o segundo turno de votação no plenário da Casa no início do próximo mês. Serão realizados abaixo-assinado, assembleias, panfletagem nas portas das fábricas e centros de grande circulação de pessoas, com o objetivo de explicar o quanto a PEC 6/2019, como está, ainda inviabiliza o direito de aposentadoria para grande parte dos brasileiros. Em 13 de agosto, está previsto um dia nacional de manifestações em defesa da Previdência pública e da educação.

O secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, disse ontem (15) durante reunião na sede da central que a resistência dos trabalhadores, até o momento, foi responsável por amenizar diversos pontos da "reforma", na comparação com a proposta inicial apresentada pelo governo Bolsonaro, mas há ainda muitos pontos "cruéis" que precisam ser alterados. "Para fazer uma grande mobilização no dia 13 é preciso manter o ritmo de pressão nos parlamentares em suas bases, nos municípios onde eles moram e foram eleitos, nos aeroportos e no Congresso Nacional", afirmou Nobre. Entre as propostas "cruéis", ele destacou a redução da na pensão por morte. Pela proposta aprovada até aqui, a viúva ou viúvo deverá receber 60% do valor original da aposentadoria recebida pelo cônjuge falecido, mais 10% para cada filho ou dependente.

Jogo não terminou

O deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) destacou que o adiamento da votação da proposta em segundo turno da "reforma", na Câmara, anteriormente prevista para ser realizada antes do recesso parlamentar, significa que a proposta ainda pode ser alterada, com a supressão de artigos "mais nefastos" aos trabalhadores. "O jogo na Câmara e nas ruas ainda está sendo jogado. Eles não conseguiram os 308 votos para retirar a Previdência da Constituição, não aprovaram a capitalização, não conseguiram acabar com a aposentadoria do trabalhador rural, nem diminuir o valor do BPC (Benefício de Prestação Continuada)", afirmou o parlamentar. Para Padilha, não é hora de "retirar a chuteira e o uniforme nem de baixar a cabeça". Ele propôs que os trabalhadores façam "marcação cerrada" nos parlamentares do PDT e do PSB que votaram a favor da "reforma", contra a orientação dos próprios partidos.

"É preciso expor esses deputados na cidade onde eles têm voto. Tem cidades que são responsáveis por 30% dos votos de um deputado. Tem de expor a foto de quem votou a favor da reforma. Não tem dinheiro pra outdoor? faz uma faixa em frente aos sindicatos. Faz uma campanha direcionada com os sindicatos rurais, dos professores, dos metalúrgicos", disse o deputado.

Redução de danos

Deputados de oposição afirmam que pretendem usar o recesso do Legislativo para conscientizar a população sobre os riscos dos direitos perdidos com a reforma e, assim, pressionar os demais deputados a votarem destaques supressivos à proposta de reforma, já que outras alterações não podem ocorrer nessa fase de votação.

"Vamos fazer com que a sociedade saiba quem votou a favor e quem votou contra. Muitos dos deputados que votaram pela reforma juravam nos palanques eleitorais que jamais votariam a favor de uma reforma dessa natureza. Evidentemente, eles vão sentir na base o reflexo disso", projeta a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), em reportagem do Brasil de Fato. O deputado Ivan Valente (PsoL-SP), líder do partido na Câmara, também diz que é importante ao menos reduzir a diferença para que a proposta de "reforma" siga enfraquecida para a votação no Senado.

Fonte: Rede Brasil Atual - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>